



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista de Controle Externo - Área Apoio Administrativo
Especialidade: Jurídica

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova 'I09', Tipo 001

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

MODELO1

Nº do Documento _____

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

PROVA OBJETIVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos I

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 80 questões, numeradas de 1 a 80.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: As questões de números 1 a 8 referem-se ao texto abaixo.

- 1 *Na mídia em geral, nos discursos políticos, em mensagens publicitárias, na fala de diferentes atores sociais, enfim, nos diversos contextos em que a comunicação se faz presente, deparamo-nos repetidas*
- 5 *vezes com a palavra cidadania. Esse largo uso, porém, não torna seu significado evidente. Ao contrário, o fato de admitir vários empregos deprecia seu valor conceitual, isto é, sua capacidade de nos fazer compreender certa*
- 10 *ordem de eventos. Assim, pode-se dizer que, contemporaneamente, a palavra cidadania atende bastante bem a um dos usos possíveis da linguagem, a comunicação, mas caminha em sentido inverso quando se trata da cognição, do uso cognitivo da linguagem. Por que, então, a palavra cidadania é constantemente evocada, se o seu*
- 15 *significado é tão pouco esclarecido?*

Uma resposta possível a essa indagação começaria por reconhecer que há considerável avanço da agenda igualitária no mundo e, decorrente disso, a valorização sem precedentes da ideia de direitos. De fato,

20 *tornou-se impossível conceber formas contemporâneas de interação entre indivíduos ou grupos sem que a referência a direitos esteja pressuposta ou mesmo vocalizada. Direitos, por isso, sustentam uma espécie de argumentação pública permanente, a partir da qual os*

25 *atores sociais agenciam suas identidades e tentam ampliar o escopo da política de modo a abarcar suas questões. Tais atores constroem-se, portanto, em público, pressionando o sistema político a reconhecer direitos que julgam possuir e a incorporá-los à agenda governamental.*

(Maria Alice Rezende de Carvalho. "Cidadania e direitos". In: **Agenda brasileira**: temas de uma sociedade em mudança. André Botelho e Lília Moritz Schwarcz (orgs.). São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 104)

1. No texto, a autora
- (A) censura a mídia, os políticos e os publicitários, em geral, por produzirem mensagens redundantes e pouco precisas no que se refere ao emprego da palavra "cidadania", com o que deturpam o conceito a que ela remete.
- (B) comenta o uso pouco criterioso da palavra "cidadania", fato que, por conta da impropriedade, prejudica a compreensão de mensagens formuladas no padrão culto da linguagem.
- (C) aponta a diversidade de atores sociais como responsável pela alteração do sentido original da palavra "cidadania", fato determinante de que, na contemporaneidade, se lhe atribua sentido oposto ao etimologicamente reconhecido.
- (D) expressa opinião sobre o modo de ocorrência da palavra "cidadania", oportunidade de evidenciar que a alta frequência de uso de uma palavra não implica que esteja assegurada a adequada percepção do fenômeno que ela nomeia.
- (E) indaga sobre o que ocorre com a palavra "cidadania", tomando-a como exemplo da típica atitude contemporânea no que se refere à linguagem – reprovável descuido quanto aos distintos contextos de uso de vocábulos –, foco este de sua reflexão.

2. No segundo parágrafo do texto,
- (A) levanta-se a hipótese de a agenda igualitária chegar a conquistar avanços expressivos no mundo todo, quando, então, serão devidamente valorizados os direitos da cidadania.
- (B) está sugerido que os direitos humanos são concedidos de modo diferenciado na dependência de se fazerem presentes de modo implícito ou explícito.
- (C) elege-se uma proposição que se toma como um princípio a partir do qual se pode deduzir um determinado conjunto de consequências, que explicariam o uso reiterado da palavra "cidadania".
- (D) argumenta-se a favor de que a luta pelos direitos deve dar-se tanto no âmbito individual, quanto no coletivo, visto que, de fato, a interação humana se dá tanto entre indivíduos, quanto entre grupos.
- (E) detalha-se, na tentativa de responder de modo consistente à pergunta proposta no parágrafo anterior, o modo equivocado como se dá a interação entre os atores sociais e o sistema político.

3. Afirma-se com correção:

- (A) (linhas 1 a 5) Os termos que compõem a sequência inicial do texto estão todos citados sob a mesma perspectiva, a da completa determinação.
- (B) (linhas 5 e 6) Se a frase *Esse largo uso, porém, não torna seu significado evidente* fosse organizada de maneira distinta, a formulação "Seu significado não se torna evidente, mas seu uso é amplo" preservaria a correção e o sentido originais, considerado o contexto.
- (C) (linha 8) O modo como o segmento que sucede a *isto é* está redigido comprova que a expressão introduz um típico verbete de dicionário.
- (D) (linhas 10 a 11) O segmento *a palavra cidadania atende bastante bem a um dos usos possíveis da linguagem* teria seu sentido e correção preservados em "Da palavra cidadania pode-se dizer que não é nada mal o seu atendimento a um dos usos possíveis da linguagem".
- (E) (linhas 13 a 15) Variante da redação da autora, a frase "Então, se o seu significado é tão pouco esclarecido, a palavra 'cidadania' é constantemente evocada por quê?", está em conformidade com o padrão culto escrito e preserva o sentido do enunciado original.

4. A formulação que equivale ao segmento original transcrito é:

- (A) *diferentes atores sociais* / distintos líderes comunitários.
- (B) *nos diversos contextos em que a comunicação se faz presente* / nas variadas situações em que se impõe um frutífero diálogo.
- (C) *é constantemente evocada* / é via de regra proferida com solenidade.
- (D) *valorização sem precedentes* / sublimação inédita.
- (E) *formas contemporâneas de interação* / modos inovadores de ação compartilhada.



5. *Direitos, por isso, sustentam uma espécie de argumentação pública permanente, a partir da qual os atores sociais agenciam suas identidades e tentam ampliar o escopo da política de modo a abarcar suas questões.*

Considerada a frase acima, estarão assegurados a correção, a clareza e o sentido originais na substituição de

- (A) *sustentam uma espécie de argumentação pública permanente* **por** "confirmam a homologia com a argumentação pública permanente".
 (B) *a partir da qual* **por** "a partir de quê".
 (C) *de modo a abarcar* **por** "com vistas à abranger".
 (D) *agenciam sua identidade* **por** "advogam benesses em função de sua identidade".
 (E) *tentam ampliar o escopo da política de modo a abarcar suas questões* **por** "intentam maior abrangência da ação política de sorte que lhes contemple os interesses".

6. *Tais atores constroem-se, portanto, em público, pressionando o sistema político a reconhecer direitos que julgam possuir e a incorporá-los à agenda governamental.*

Considerada a frase acima, é correto afirmar:

- (A) À forma *constroem-se* corresponde, no singular, a forma "constrói-se".
 (B) O contexto exige que à forma verbal *pressionando* seja atribuído unicamente o sentido condicional.
 (C) O emprego de *julgam* sinaliza que a autora se preserva de assumir que os direitos reivindicados pelos *Tais atores* sejam efetivamente direitos deles.
 (D) O padrão culto escrito abona não só a construção *julgam possuir*, como, também, a forma "julgam possuírem".
 (E) Em *e a incorporá-los à agenda governamental*, o termo destacado estabelece a conexão lógica entre esse segmento final da frase e o imediatamente anterior (*que julgam possuir*).

7. Considere as assertivas abaixo.

- I. (linhas 10 e 11) O segmento *a palavra cidadania atende bastante bem a um dos usos possíveis da linguagem, a comunicação* traz não só uma informação explícita sobre a linguagem, mas também uma subentendida.
 II. (linhas 13 a 15) Em *Por que, então, a palavra cidadania é constantemente evocada, se o seu significado é tão pouco esclarecido?*, o segmento introduzido pelo **se** exprime uma condição.
 III. (linhas 19 a 23) Em *De fato, tornou-se impossível conceber formas contemporâneas de interação entre indivíduos ou grupos sem que **a referência a direitos** esteja pressuposta ou mesmo vocalizada*, o segmento destacado em negrito exprime uma condicionante do ato indicado no segmento sublinhado.

O texto abona o que consta em

- (A) I e II, apenas.
 (B) II e III, apenas.
 (C) I e III, apenas.
 (D) III, apenas.
 (E) I, II e III.

8. *Direitos, por isso, sustentam uma espécie de argumentação pública permanente [...]*

Transpondo a frase acima para a voz passiva, a forma verbal obtida é:

- (A) sustentam-se.
 (B) é sustentada.
 (C) foi sustentada.
 (D) sustentara-se.
 (E) haviam sido sustentadas.

Atenção: As questões de números 9 a 13 referem-se ao texto que segue.

- 1 *Convenhamos que não é fácil saber o que fazer com as cinzas de um parente que optou por ser cremado. Apenas quando o defunto já deixa escolhido o local onde gostaria de se evaporar, a dificuldade é pouca e se resume a uma questão de logística. Afinal, nem sempre cenários da natureza espetacular como as Cataratas do Iguaçu, o Pico do Jaraguá, a Chapada Diamantina, o Cristo Redentor ou os braços de Iemanjá em mar aberto são acessíveis aos encarregados do luto.*
 5 *Chega agora dos Estados Unidos uma solução alternativa, embora essencialmente voltada para o mercado americano: sua exportação mundo afora ainda é duvidosa. Os dois fundadores da empresa responsável pela inovação, com sede em Stockton, no estado do Alabama, parecem conhecer o consumidor que procuram. "O mais frequente é uma urna com as cinzas do ente querido ficar zelosamente guardada na casa do pranteado por um bom tempo. Com o passar dos anos, porém, a urna migra da sala para o sótão. E, quando, anos mais tarde, a casa é vendida, não raro alguém lembra, penalizado, que as cinzas foram deixadas para trás", explica Thad Holmes, que também é agente de proteção ambiental.*

(Adaptado de "As almas vão rolar", chegada. **Piauí** 62, novembro 11, p. 8)

9. Em seu texto, o autor
- (A) busca a adesão do leitor sugerindo estrategicamente que todos podem estar sujeitos à mesma situação familiar aflitiva.
 (B) anuncia a novidade e, apoiando-se nas informações do responsável pela "solução alternativa", a detalha rigorosamente para o leitor.
 (C) trata com absoluta reverência o assunto da matéria, o que motiva o emprego de linguagem formal, vocabulário técnico e comentários sem qualquer marca de subjetividade.
 (D) descreve a complexidade que deriva da morte de um parente e, para dar a entender a dimensão dos problemas envolvidos, resume-os na expressão *uma questão de logística*.
 (E) insinua que a novidade americana não estar acessível à exportação é fato deplorável, dado que ela atende a situação comum a todos, entendimento seu evidenciado pelo uso de *Convenhamos*.



10. Considerado o primeiro parágrafo, é correto afirmar:
- (A) (linha 1) O emprego de dois-pontos depois de *Convenhamos* mantém a correção da frase, observado o padrão culto escrito.
 - (B) (linha 3) A palavra *já* tem, no contexto, o sentido de “de pronto”.
 - (C) (linha 3) A substituição de *onde* por “que” é plenamente aceitável, pois mantém a correção e o sentido originais da frase.
 - (D) (linha 5) No processo argumentativo, o fundamento do comentário feito no período anterior é introduzido pela palavra *Afinal*.
 - (E) (linhas 6 a 8) A eleição dos cenários que foram citados foi determinada unicamente pela dificuldade que os locais apresentam para acolher as cinzas de mortos.

11. É legítimo afirmar que, na matéria que noticia a novidade,
- (A) (linha 11) a palavra *embora* estabelece conexão entre duas orações de sentido dessemelhante, determinando que, a verificar-se um dos fatos mencionados, o outro deixará de se cumprir.
 - (B) (linha 12) a observação da relação lógica entre os segmentos da frase em que se encontram os dois-pontos permite deduzir que esse sinal de pontuação está incorretamente empregado.
 - (C) (linha 14) o segmento *com sede em Stockton* equivale a “cuja a sede é em Stockton”.
 - (D) (linha 15) a expressão *o consumidor* remete obrigatoriamente ao tipo de cliente desejado pela empresa: aquele que, cauteloso, deixa estabelecido todo o procedimento do seu próprio funeral.
 - (E) (linhas 12 a 15) o autor revela cautela ao avaliar o conhecimento dos dois fundadores da empresa responsável pela inovação, no que se refere aos consumidores que objetivam conquistar.

Atenção: Para responder às questões de números 12 e 13, considere o texto abaixo.

“O mais frequente é uma urna com as cinzas do ente querido ficar zelosamente guardada na casa do pranteado por um bom tempo. Com o passar dos anos, porém, a urna migra da sala para o sótão. E, quando, anos mais tarde, a casa é vendida, não raro alguém lembra, penalizado, que as cinzas foram deixadas para trás”, explica Thad Holmes, que também é agente de proteção ambiental.

12. Sobre o que se tem no excerto acima transcrito, a única afirmação INCORRETA é:
- (A) A referida migração da sala para o sótão exprime que o respeito inicial pelas cinzas, com o tempo, sofre um rebaixamento.
 - (B) O emprego das formas verbais no presente do indicativo confirma que os estados ou ações referidos são considerados constantes, constituindo-se como espécie de conduta regular.
 - (C) O segmento *E, quando, anos mais tarde, a casa é vendida* sugere que o destino da casa de um morto é bastante previsível.
 - (D) O emprego de *pranteado* faz entender que o morto é pessoa de reconhecida ação social, que, por conta disso, recebeu algum título ou outra honraria.
 - (E) O fato de citar-se que Thad Holmes *também é agente de proteção ambiental* possibilita a expectativa de que surja posteriormente algum comentário relacionado ao meio ambiente.

13. Se alguém quisesse relatar, com discurso próprio, algo do que Thad Holmes esclareceu na passagem acima, estaria se expressando corretamente assim:
- (A) Thad Holmes explica que, por ocasião de a casa ser vendida, passados anos de a urna ter migrado da sala para o sótão, alguém certamente lembrará, penalizado, que as cinzas foram deixadas para trás.
 - (B) Thad Holmes explica que: *Com o passar dos anos, porém, a urna migra da sala para o sótão, para, anos mais tarde, ser vendida.*
 - (C) Thad Holmes explicou que, quando anos mais tarde, a casa foi vendida, não raro alguém lembrou que as cinzas foram deixadas para trás.
 - (D) Explica Thad Holmes – “O mais frequente é uma urna com as cinzas do ente querido ficar zelosamente guardada na casa do pranteado por um bom tempo”, e acrescenta que a urna, com o passar do tempo, migrou da sala para o sótão.
 - (E) Explica Thad Holmes que alguém sempre lembra, penalizado, que as cinzas são deixadas para trás, isso quando a casa é vendida anos mais tarde, passando anos em que a urna migra da sala para o sótão.

14. Considere os enunciados que seguem.

- I. Os debates se sucederam.
- II. O projeto ganhou consistência.
- III. O projeto chegou ao ponto de ser encampado por renomados especialistas.
- IV. Os renomados especialistas se responsabilizaram pelo levantamento da verba necessária à execução do projeto.

As quatro frases estão conectadas de maneira clara e correta em:

- (A) À medida que se sucediam os debates, o projeto foi ganhando consistência, até o ponto de ser encampado por renomados especialistas, que se responsabilizaram pelo levantamento da verba necessária a sua execução.
- (B) Os renomados especialistas se responsabilizaram pelo levantamento da verba necessária à execução do projeto que os sucessivos debates deram consistência, ao ponto que eles o encamparam.
- (C) O projeto ganhou consistência e chegou ao ponto em que renomados especialistas lhe encamparam, depois dos debates que se sucederam, e também se responsabilizando pelo levantamento da verba necessária à sua execução.
- (D) O levantamento da verba necessária à execução do projeto ficou na responsabilidade dos renomados especialistas que o encamparam, pois, dado os sucessivos debates, ele ganhou consistência até esse ponto.
- (E) A consistência que o projeto ganhou na medida dos sucessivos debates chegou até o ponto dos renomados especialistas se responsabilizarem pelo levantamento da verba necessária à sua execução, que encamparam.



15. Considere a frase abaixo e os três comentários que a seguem.

É evidente que, ao não detalhar no depoimento os dados que já havia oferecido, e que permitiriam a elucidação dos fatos investigados, os torna mais nebulosos.

- I. A expressão *É evidente* indica a atitude daquele que produziu a frase: ele cria para o interlocutor o dever de crer no que foi afirmado, dificultando, assim, contestação à sua assertiva.
- II. A expressão *havia oferecido* denota fato passado ocorrido anteriormente ao outro fato também ocorrido no passado.
- III. O emprego do pronome *os* produz ambiguidade, que seria dissolvida se o segmento *os torna* fosse substituído por "torna estes" ou "torna aqueles", alternativa definida pelo sentido que se deseja atribuir à frase.

É legítimo o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

16. A frase que está em conformidade com a ortografia oficial é:

- (A) Não interessa recaptular a indesejável dissensão, mas sim aliviar as tensões agudizadas pelo desnecessário enxerto de questões polêmicas.
- (B) Sempre quis ser assessora de moda em lojas, mas eram tantos os empecilhos, que acabou por vencer a ojeriza de coser sob encomenda e, com isso, tornou-se grande costureira.
- (C) Endoidescia o marido com seus gastos extravagantes, pois acreditava que o tão desejado charme era questão de plumas e brilhos esplendorosos, de preferência, vindos do exterior.
- (D) Quando disse que não exitaria em abandonar o emprego de sopetão e ir relaxar numa praia distante, lhe disseram que seria sandice, mas não conseguiram vencer o fascínio da aventura.
- (E) Representava na peça um cafageste que tratava a todos com escárneo, mas sua atuação era sempre tão fascinante que diariamente angariava a simpatia de toda a platéia.

17. Do ponto de vista da regência, a frase redigida em conformidade com o padrão culto escrito é:

- (A) Vive dizendo que, para ele, nos fins de semana, nada melhor como pegar um bom livro e lê-lo até o fim.
- (B) Depois de tanto esforço dos que o acolheram, nem sequer se dignou de apresentar pessoalmente suas despedidas.
- (C) O exagero no consumo de bebidas alcoólicas na formatura ocasionou em um fim trágico.
- (D) As vítimas mais graves do engavetamento foram atendidas ao Hospital das Clínicas.
- (E) Acredito, sinceramente, de que o melhor a fazer é afastá-lo da comissão.

18. A frase redigida corretamente é:

- (A) No caso de elas virem até nós, teremos a oportunidade de esclarecer por que os documentos ainda não foram liberados, e também reiterar que o diretor os mantém devidamente resguardados.
- (B) Quanto aos fabricantes, se se contraporem à decisão do juiz, terão de apresentar provas convincentes, que, segundo eles mesmos, não é garantia de sortir efeito em nova deliberação.
- (C) Esclareço hoje, a uma semana da audiência de conciliação, que um acordo só será aceito por meu cliente se lhe convir não só o montante da indenização, mas também a forma de pagamento.
- (D) Quando entrevisto candidatos, sempre os argúo acerca de sua descrição quanto a assuntos profissionais, pois esse é um dos quesitos avaliados no processo de ascensão na empresa.
- (E) Ele incendia todas as reuniões com essa mania de projetos mirabolantes, a ponto de sempre alguém freiar sua participação em comissões de eventos.

19. A frase redigida de forma clara e correta é:

- (A) Funcionários sem acesso à sala das telefonistas confirmaram que deviam ter havido mais de dez chamadas para, segundo se apurou posteriormente, denunciar o falsário, e ninguém atendendo, perdeu-se a oportunidade de prendê-lo aonde estava.
- (B) Existem, sim, grandes possibilidades de essa reutilização de tecidos com defeitos dar certo, entretanto é necessário que haja algumas reuniões, sejam quem forem os consultores, para definirem-se as linhas gerais do negócio.
- (C) Talvez alguns não deem importância ao relato do chefe dos pedreiros sobre o incidente com a cal, mas o fato é que, minimizá-lo, será abrir a possibilidade de o desempenho de todos eles decaírem intensa e irreversivelmente.
- (D) Senhor Ministro, é realmente confiável, segundo fontes fidedignas, os números que indicam quão séria é a questão que está sob sua responsabilidade enfrentar antes que se torne definitivamente insolúvel.
- (E) Visto a oportunidade imperdível de rever as normas não mais aplicáveis àquele específico grupo de infratores, os legisladores não convenceram-se da necessidade de ver postergado, no último momento, as datas das primeiras reuniões setoriais.



<p>20. É frase clara e correta a apresentada na seguinte alternativa:</p> <p>(A) Nessa época do ano, as enchentes, e mais do que previsíveis, como todos o sabem, transformam a cidade uma paisagem horrenda.</p> <p>(B) A atividade docente por si só já exerce uma função de liderança nata, e isso é que às vezes a sociedade teme, pois nem todos os mestres primam por ética.</p> <p>(C) Com a anuência do interessado, revisei o texto e assinali os pontos que, a meu ver, são os mais sensíveis da questão, e que efetivamente não lhe estariam a favor no caso de querer levar a juízo esse já antigo litígio.</p> <p>(D) Em detrimento do fenômeno de chuvas intensas, podemos destacar a significativa e essencial parceria entre distintos poderes – o municipal e o estadual – como avanço importante na área de prevenção de tragédias.</p> <p>(E) Minha expressão de compromisso para com meus pares e o órgão a que passarei a pertencer há de ser demonstrado a cada passo de minha atuação, pela qual sempre zelarei, como venho demonstrando por anos consecutivos.</p>	<p>23. Nos termos da Constituição Federal, a inspeção de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial em uma unidade do Poder Legislativo, Executivo ou Judiciário pode ser realizada, pelo Tribunal de Contas, por iniciativa de</p> <p>(A) sindicato.</p> <p>(B) associação de classe.</p> <p>(C) associação sem fins lucrativos.</p> <p>(D) partidos políticos.</p> <p>(E) comissão técnica ou de inquérito.</p>
<p style="text-align: center;">Controle Externo</p> <p>21. Uma entidade de assistência social, sem fins lucrativos, recebeu recursos de um município do Estado do Amapá, a título de subvenção social, para a realização de despesas de custeio. Quando da fiscalização pelo Tribunal de Contas, o contabilista da Prefeitura informou que não exigiu a prestação de contas da beneficiária pois entendeu que ela não estava obrigada a apresentá-la. A informação prestada pelo servidor pode ser considerada</p> <p>(A) correta, uma vez que a entidade é sem fins lucrativos.</p> <p>(B) correta, uma vez que a entidade presta serviços na área da assistência social.</p> <p>(C) incorreta, pois a beneficiária somente estaria isenta da obrigação de prestar contas se a finalidade do repasse fosse a realização de investimentos.</p> <p>(D) incorreta, pois deve prestar contas qualquer pessoa jurídica que utilize dinheiro público.</p> <p>(E) correta, uma vez que subvenção a entidades não está sujeita à prestação de contas em razão do interesse público de suas atividades.</p>	<p>24. Um município do Estado do Amapá realizou certame licitatório para o fornecimento parcelado de cestas básicas ao setor da Assistência Social, sagrando-se vencedora empresa sediada no Estado de São Paulo. A competência para a fiscalização do procedimento licitatório e da execução contratual cabe ao</p> <p>(A) Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.</p> <p>(B) Tribunal de Contas do Estado do Amapá.</p> <p>(C) Tribunal de Contas do Estado do Amapá quanto à licitação e Tribunal de Contas do Estado de São Paulo em relação à execução contratual.</p> <p>(D) Tribunal de Contas da União, uma vez que envolve mais de um Estado da Federação.</p> <p>(E) Tribunal de Contas do Estado do Amapá e Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conjunto.</p>
<p>22. Compete ao Tribunal de Contas apreciar, para fins de registro,</p> <p>(A) a legalidade dos atos de admissão de pessoal.</p> <p>(B) as aberturas de créditos adicionais à Lei Orçamentária Anual.</p> <p>(C) a utilização de recursos recebidos pelos servidores a título de adiantamento de numerário.</p> <p>(D) as peças contábeis de empresas públicas.</p> <p>(E) as contas anuais prestadas por consórcios intermunicipais.</p>	<p>25. O Presidente e os Primeiro e Segundo Vice-Presidentes do Tribunal de Contas do Estado do Amapá serão eleitos para um mandato de</p> <p>(A) um ano, vedada a reeleição.</p> <p>(B) um ano, permitida a reeleição.</p> <p>(C) dois anos, permitida a reeleição.</p> <p>(D) dois anos, vedada a reeleição.</p> <p>(E) dois anos para o Presidente e um ano para os demais, permitida a reeleição.</p> <p>26. Terão eficácia de título executivo as decisões do Tribunal de Contas</p> <p>(A) de que resultem imputação de débito ou multa.</p> <p>(B) pela regularidade da matéria julgada.</p> <p>(C) que determinaram o trancamento das contas.</p> <p>(D) sobre as prestações de contas anuais dos Prefeitos.</p> <p>(E) que se refiram a operações de crédito.</p> <p>27. Segundo a Constituição Federal, é competente para sustar contratos, no exercício do controle externo, o</p> <p>(A) Conselho Nacional de Justiça.</p> <p>(B) Congresso Nacional.</p> <p>(C) Presidente da República.</p> <p>(D) Poder Judiciário.</p> <p>(E) Ministério Público.</p>



<p>28. O controle externo no Brasil é exercido</p> <p>(A) <i>a posteriori</i>, mas não <i>a priori</i> nem de forma concomitante.</p> <p>(B) <i>a priori</i> e concomitante, mas não <i>a posteriori</i>.</p> <p>(C) de forma concomitante e <i>a posteriori</i>, mas não <i>a priori</i>.</p> <p>(D) <i>a priori</i> e <i>a posteriori</i>, mas não de forma concomitante.</p> <p>(E) <i>a priori</i>, de forma concomitante e <i>a posteriori</i>.</p>	<p>32. Processar e julgar, originalmente, o mandado de segurança contra atos do Presidente ou dos Conselheiros do Tribunal de Contas compete privativamente ao</p> <p>(A) Tribunal de Justiça.</p> <p>(B) Superior Tribunal de Justiça.</p> <p>(C) Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(D) Juiz de Direito da mais elevada entrância do Estado.</p> <p>(E) Juiz de Direito da Vara da Fazenda Pública.</p>
<p>29. O controle externo no Brasil</p> <p>(A) está a cargo do Tribunal de Contas, auxiliado pelo Poder Legislativo.</p> <p>(B) é superior, hierarquicamente, ao controle interno.</p> <p>(C) é exercido pelo Tribunal de Contas, desde que provocado.</p> <p>(D) tem poder judicante.</p> <p>(E) caracteriza-se pela superioridade do Tribunal de Contas da União diante dos Tribunais de Contas Estaduais.</p>	<p>33. Os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amapá</p> <p>(A) não podem perder o cargo, pois são vitalícios.</p> <p>(B) podem perder o cargo por sentença judicial transitada em julgado.</p> <p>(C) são vitalícios, mas podem perder o cargo por decisão de três quintos dos integrantes do Tribunal Pleno.</p> <p>(D) podem, apesar de vitalícios, perder o cargo por decisão da maioria absoluta dos integrantes do Tribunal Pleno.</p> <p>(E) não podem perder o cargo, salvo se processados criminalmente.</p>
<p>30. Tendo em vista que as normas da Constituição Federal se aplicam, no que couber, aos Estados da Federação, bem como diante da Constituição Estadual do Amapá, é requisito para nomeação dos Conselheiros dos Tribunais de Contas Estaduais</p> <p>(A) ser brasileiro nato.</p> <p>(B) ter inidoneidade moral e reputação ilibada.</p> <p>(C) possuir mais de 35 anos de idade.</p> <p>(D) ter notórios conhecimentos sobre ciências políticas.</p> <p>(E) possuir menos de 70 anos de idade.</p>	<p>34. O Prefeito de um Município do Estado do Amapá, em razão de uma decisão do TCE-AP que lhe foi desfavorável, publicada no dia 1/10/11, interpôs recurso de reconsideração em 18/10/11. O Tribunal de Contas apreciou o recurso e em 20/10/11 publicou decisão pelo não provimento. Insatisfeito e suportado por novos documentos, o Prefeito interpôs novo recurso de reconsideração em 28/10/11. Esse novo recurso</p> <p>(A) contraria a Lei Orgânica do TCE-AP, pois o prazo para interposição do segundo recurso de reconsideração é de cinco dias, contados da publicação da decisão do não provimento do primeiro.</p> <p>(B) está de acordo com a Lei Orgânica do TCE-AP, pois o segundo recurso de reconsideração é possível com base em novos documentos.</p> <p>(C) está de acordo com a Lei Orgânica do TCE-AP, desde que os novos documentos apresentados sejam pré-existentes à decisão referente ao primeiro recurso.</p> <p>(D) contraria a Lei Orgânica do TCE-AP, pois o recurso de reconsideração só pode ser formalizado uma vez.</p> <p>(E) está de acordo com a Lei Orgânica do TCE-AP, pois o prazo para interposição do segundo recurso de reconsideração é de dez dias, contados da publicação da decisão do não provimento do primeiro.</p>
<p style="text-align: center;">Legislação Específica do Estado do Amapá</p> <p>31. Os Auditores do Tribunal de Contas do Estado do Amapá</p> <p>(A) possuem, como um dos requisitos para nomeação, o título de curso superior em direito, engenharia civil, ciências contábeis, econômicas ou administrativas.</p> <p>(B) são escolhidos pelo Governador do Estado em lista tríplice.</p> <p>(C) poderão aposentar-se com as vantagens do cargo quando o tiver exercido, efetivamente, por mais de cinco anos.</p> <p>(D) serão indicados pela Assembleia Legislativa no percentual de dois terços.</p> <p>(E) devem ser escolhidos segundo critérios de antiguidade e merecimento.</p>	



35. Nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Amapá, o percentual de vagas que deve ser reservado aos portadores de deficiência nos concursos públicos, para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores, é de até
- (A) 1%.
 - (B) 2%.
 - (C) 5%.
 - (D) 10%.
 - (E) 20%.

História e Geografia do Estado do Amapá

36. Considere as seguintes afirmações sobre a história do Amapá.
- I. A costa do Amapá foi descoberta pelo espanhol Vicente Pinzón.
 - II. Pelo Tratado de Tordesilhas apenas metade do atual espaço amapaense era de Portugal.
 - III. Durante séculos, ocorreram disputas entre brasileiros e ingleses pela delimitação das fronteiras.
 - IV. Em meados do século XVIII, o Marques de Pombal ordenou o povoamento de Macapá com colonos açorianos.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) I e II.
 - (B) I e III.
 - (C) I e IV.
 - (D) II e III.
 - (E) III e IV.

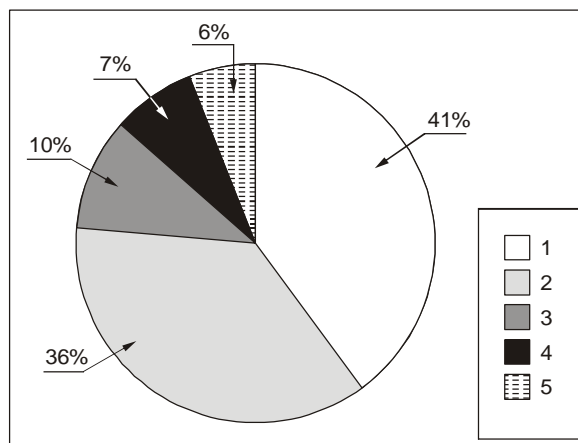
37. A criação do Território Federal do Amapá no ano de 1943, atendeu a vários objetivos do governo de Getúlio Vargas, dentre os quais, destaca-se
- (A) a desconcentração das atividades industriais que estavam fortemente concentradas no Sul e Sudeste.
 - (B) a proteção das áreas de fronteiras que apresentavam baixas densidades demográficas.
 - (C) a necessidade de redimensionar os estados extensos, como era o caso do Pará.
 - (D) as questões geopolíticas provocadas pela posição do Brasil durante a Segunda Guerra Mundial.
 - (E) a política expansionista do governo federal frente aos vizinhos Sul-americanos.

38. Uma característica importante da geografia física do Amapá é o fato de que
- (A) cerca de 80% seu território é banhado por afluentes do rio Amazonas.
 - (B) o relevo é formado predominantemente por planícies fluvio-lacustres.
 - (C) as antigas florestas que recobriam o estado foram substituídas por cerrados.
 - (D) mais da metade do seu território é formado por terrenos de origem vulcânica.
 - (E) apresenta clima equatorial com forte influência da zona de convergência intertropical.

39. Segundo o Censo 2010, o estado do Amapá
- (A) é considerado o de maior taxa de mortalidade infantil do país.
 - (B) manteve como característica o fraco crescimento demográfico.
 - (C) apresenta predomínio de adultos e idosos no conjunto da população.
 - (D) apresenta mais de 80% da população residindo nas áreas urbanas.
 - (E) apresenta pequeno número de migrantes na sua população.

40. Considere o gráfico para responder à questão.

Amapá: Utilização da terra
(% da área dos estabelecimentos agropecuários)



(<http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=ap&tema=censoagro>)

A área de Matas e/ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal está representada pelo número

- (A) 1.
- (B) 2.
- (C) 3.
- (D) 4.
- (E) 5.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS I

Direito Constitucional

41. As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade,

- (A) podem ser atacadas por recurso extraordinário, desde que seja demonstrada a repercussão geral das questões discutidas no caso.
- (B) produzem efeitos integrais apenas depois da Resolução do Senado Federal que suspende a execução da lei declarada inconstitucional.
- (C) geram efeito vinculante em relação ao Poder Judiciário, ao Poder Legislativo e à Administração Pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
- (D) podem declarar a inconstitucionalidade de dispositivos de uma Constituição Estadual.
- (E) transformam-se em súmula vinculante como efeito automático do controle de constitucionalidade concentrado.

42. Os Estados-Membros da Federação podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais. A afirmação apresentada, segundo a disciplina constitucional relacionada à organização político-administrativa, é

- (A) correta, exigindo-se para tanto a aprovação da população diretamente interessada, por meio de plebiscito, e do Congresso Nacional, por meio de lei complementar.
- (B) incorreta, na medida em que fere o direito de secessão, o qual é um princípio da manutenção do vínculo federativo.
- (C) parcialmente correta, já que os Estados-Membros da Federação não podem incorporar-se entre si, pois esta situação fere o equilíbrio da representação dos Estados no Senado Federal.
- (D) correta, desde que as alterações na estrutura político-administrativa brasileira respeitem um intervalo quinquenal.
- (E) parcialmente correta, pois os Estados-Membros da Federação não podem formar Territórios Federais, já que estes não são dotados de autonomia, e, por isso, não se compatibilizam com a estrutura administrativa dos Estados-Membros.

43. Se um Estado-Membro da Federação brasileira deixar de pagar precatórios decorrentes de decisão transitada em julgado no Superior Tribunal de Justiça, poderá sofrer intervenção federal, por meio de

- (A) solicitação do Supremo Tribunal Federal, para reorganizar as finanças do Estado-Membro inadimplente.
- (B) representação do Procurador-Geral da República, provida pelo Supremo Tribunal Federal, por desrespeito a princípios sensíveis.
- (C) solicitação, ao Supremo Tribunal Federal, de qualquer cidadão que tenha sido prejudicado pelo inadimplemento do respectivo Estado-Membro.
- (D) representação do Procurador-Geral da República, provida pelo Superior Tribunal de Justiça, para garantir a execução de lei federal.
- (E) requisição do Superior Tribunal de Justiça, para prover a execução de decisão judicial.

44. O mecanismo de participação popular que possibilita uma consulta prévia da opinião pública sobre questão política ou institucional a ser resolvida antes da elaboração de legislação a seu respeito é

- (A) o *recall*.
- (B) a iniciativa popular.
- (C) o abaixo-assinado.
- (D) o plebiscito.
- (E) o referendo.

45. O regime de urgência para a tramitação de projetos de lei

- (A) pode ser adotado apenas para os projetos de lei de iniciativa privativa do Presidente da República.
- (B) pode sobrestar as deliberações legislativas da Casa Legislativa em que estiver, com exceção daquelas que possuem prazo constitucional estabelecido.
- (C) impede que a Casa Revisora proponha emendas ao projeto de lei votado sob seu rito, a fim de garantir celeridade à votação.
- (D) determina a continuidade da contagem dos prazos durante os períodos de recesso do Congresso Nacional em decorrência da urgência imposta à votação.
- (E) pode ser adotado para a apreciação de leis delegadas, quando ocorre a delegação imprópria.

46. Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão nomeados dentre brasileiros que satisfaçam os requisitos presentes nos itens abaixo:

- I. mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos de idade.
- II. idoneidade moral e reputação ilibada.
- III. notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública.
- IV. mais de quinze anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados no item III.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e IV.
- (D) II e III.
- (E) III e IV.

47. Se o Presidente da República atira contra seu próprio primo e comete um crime de homicídio, na vigência de seu mandato, motivado, apenas, por violento ciúme em relação à esposa,

- (A) não poderá ser responsabilizado pelo ato enquanto durar seu mandato.
- (B) será processado e julgado, na vigência de seu mandato, pelo Supremo Tribunal Federal.
- (C) será processado e julgado, na vigência de seu mandato, pelo Senado Federal, e, caso seja considerado culpado, sofrerá a pena de *impeachment*.
- (D) será submetido a um primeiro julgamento perante o Congresso Nacional, o qual decidirá sobre a manutenção da decretação da prisão preventiva.
- (E) poderá ficar afastado do cargo, por decisão do Senado Federal, até que se ultime o julgamento no Supremo Tribunal Federal.



48. Os juízes federais

- (A) julgam as causas em que a União é interessada na condição de autora, ré, assistente ou oponente, inclusive as de falência e de acidentes de trabalho.
- (B) gozam das garantias da estabilidade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídio, após um ano de efetivo exercício.
- (C) podem exercer advocacia no juízo do qual tenham se afastado em virtude de aposentadoria, desde que decorridos três anos do afastamento.
- (D) julgam os mandados de segurança contra ato de Ministro de Estado e dos Tribunais de Contas da União.
- (E) podem exercer atividade político-partidária, nas hipóteses previstas em lei.

Direito Administrativo

49. O Estado concedeu a particular exploração de rodovia, mediante procedimento licitatório no qual se sagrou vencedor o licitante que ofereceu o maior valor pela outorga da concessão, paga em parcelas anuais (ônus de outorga), tendo o Poder Concedente fixado a tarifa (pedágio) no momento da assinatura do contrato e assegurado, contratualmente, o seu reajuste anual. No curso da concessão, o Estado decidiu reduzir o valor do pedágio, alegando que o mesmo estaria onerando demasiadamente os usuários. A conduta do Estado é

- (A) legítima, em face do poder de alteração unilateral dos contratos administrativos, desde que limitada ao percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato.
- (B) legítima, apenas se comprovar que o fluxo de veículos excedeu as projeções de demanda realizadas no momento da licitação, gerando ganhos injustificados para o concessionário.
- (C) legítima, desde que restabeleça o equilíbrio econômico financeiro do contrato, o que pode ser feito pela redução do ônus de outorga.
- (D) ilegítima, em face da imutabilidade da equação econômico-financeira e da garantia de rentabilidade assegurada nos contratos de concessão (taxa interna de retorno).
- (E) legítima, independentemente da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro tendo em vista que a concessão pressupõe a exploração do serviço por conta e risco do concessionário.

50. Instaurado procedimento licitatório na modalidade pregão para aquisição de material de escritório, na forma regradada pela Lei nº 10.520/2002, foram recebidas as seguintes propostas: R\$ 100.000,00 (licitante A); R\$ 120.000,00 (licitante B); R\$ 140.000,00 (licitante C), R\$ 150.000,00 (licitante D) e R\$ 155.000,00 (licitante E), todos esses valores situados abaixo do valor estimado pela Administração para a aquisição pretendida, de acordo com orçamento. Diante desse cenário, o pregoeiro deverá

- (A) encerrar a etapa de recebimento das propostas, passando à abertura da documentação de habilitação do licitante A.
- (B) iniciar o procedimento de negociação com o licitante A, de forma a obter o desconto mínimo de 10% sobre o valor ofertado.
- (C) reabrir a fase de apresentação de propostas, eis que não foram apresentadas ao menos 3 propostas situadas até 10% acima da melhor proposta, inviabilizando a etapa de lances.
- (D) franquear aos licitantes A, B, C e D, apenas, a apresentação de lances verbais e sucessivos.
- (E) franquear a todos os licitantes, exceto o licitante A (autor da melhor proposta), a apresentação de lances verbais e sucessivos, com vistas a obter a redução de suas propostas, e, após, a abertura de nova etapa de lances entre aquele que oferecer a maior redução e o licitante A.

51. Os dirigentes de empresa privada da qual o Estado participou com 49% para a criação, aportando recursos a título de subscrição do capital social, apropriaram-se ilegalmente de recursos da referida empresa. De acordo com a Lei nº 9.429/1992, que trata dos atos de improbidade administrativa, os dirigentes

- (A) somente estão sujeitos à Lei de Improbidade se forem agentes públicos e tiverem auferido a vantagem em função de tal condição.
- (B) estão sujeitos à Lei de Improbidade, limitando-se a sanção patrimonial à repercussão do ilícito sobre os cofres públicos, sem prejuízo das demais sanções previstas no referido diploma legal e em outras leis específicas.
- (C) somente poderão ser apenados com a apreensão dos valores auferidos indevidamente, recaindo as sanções administrativas sobre os agentes públicos responsáveis pela fiscalização da aplicação dos recursos públicos.
- (D) não estão sujeitos à Lei de Improbidade, eis que o prejuízo foi causado a entidade de natureza privada, ficando, contudo, impedidos de contratar com a Administração e de receber recursos públicos a qualquer título.
- (E) estão sujeitos apenas às sanções patrimoniais previstas na Lei de Improbidade excluídas outras sanções civis e penais previstas em leis específicas.



52. O Estado adquiriu imóvel em procedimento judicial (adjucação em execução fiscal) e, não havendo interesse em destiná-lo ao serviço público, decidiu aliená-lo onerosamente. Para isso, com base na Lei de licitações,
- (A) está dispensado de realizar procedimento licitatório, bastando a avaliação prévia do imóvel e a sua alienação por valor compatível com os praticados no mercado.
- (B) está obrigado a instaurar procedimento licitatório, na modalidade concorrência, não sendo necessária autorização legislativa, já que o imóvel não foi afetado ao serviço público.
- (C) deverá obter autorização legislativa para alienação do imóvel, realizar avaliação prévia e instaurar procedimento licitatório na modalidade pregão.
- (D) deverá realizar avaliação prévia e procedimento licitatório, que pode adotar a modalidade leilão.
- (E) está dispensado da realização do procedimento licitatório e da obtenção de autorização legislativa, exceto se o imóvel já estiver incorporado ao patrimônio público.
-
53. O Decreto-Lei 200/67 constituiu um marco na reforma administrativa e estabeleceu como premissa para o exercício das atividades da Administração Pública federal a descentralização, que deveria ser posta em prática
- (A) dentro da Administração federal, mediante a distinção dos níveis de direção dos de execução; da Administração federal para as unidades federadas, mediante convênio, e para a órbita privada, mediante contratos ou concessões.
- (B) mediante delegação ampla de competências, na forma prevista em regulamento e desvinculada da supervisão ministerial.
- (C) com a criação de sociedades de economia mista, empresas públicas, autarquias e fundações, afastando a anterior descentralização feita por meio de concessão de serviços à iniciativa privada.
- (D) mediante, principalmente, a transferência de competências executivas e legislativas aos Estados e Municípios para o exercício de atividades de interesse comum e criação de sociedades de economia mista para exploração de atividade econômica.
- (E) por intermédio, principalmente, da criação de entidades de direito privado para a prestação de serviços públicos e exercício de atividade econômica, ligadas à União por contrato de concessão.
-
54. A Administração promoveu determinado servidor, constando, *a posteriori*, que não estavam presentes, no caso concreto, os requisitos legais para a promoção. Diante desse cenário, o ato
- (A) somente poderá ser anulado pela via judicial, em face do ato jurídico perfeito e do direito adquirido do servidor.
- (B) poderá ser anulado ou convalidado, de acordo com os critérios de conveniência e oportunidade, avaliando o interesse público envolvido.
- (C) não poderá ser anulado ou revogado, uma vez que operada a preclusão, exceto se comprovar má-fé do servidor, que tenha concorrido para a prática do ato.
- (D) deve ser anulado, desde que não decorrido o prazo decadencial previsto em lei.
- (E) poderá ser revogado, se ficar entendido que a promoção não atende o interesse público, vedada, contudo, a cobrança retroativa de diferenças salariais percebidas pelo servidor.
-
55. Paciente internado em hospital público estadual sofreu lesão ocasionada por conduta negligente de funcionário público que lhe prestou atendimento médico, resultando na sua incapacitação permanente para o trabalho. Diante dessas circunstâncias, o Estado, com base no disposto no artigo 37, § 6º da Constituição Federal,
- (A) poderá ser responsabilizado pelos danos sofridos pelo paciente somente após a condenação do funcionário público em processo disciplinar.
- (B) está obrigado a reparar o dano, podendo exercer o direito de regresso em face do funcionário desde que comprovada a atuação culposa do mesmo.
- (C) está obrigado, exclusivamente, a compensar o paciente pela incapacitação sofrida, com a concessão de benefício previdenciário por invalidez.
- (D) somente estará obrigado a reparar o dano se comprovada, em processo judicial, a conduta culposa do funcionário e o nexo de causalidade com o dano sofrido.
- (E) está obrigado a reparar o dano apenas se comprovada culpa grave ou conduta dolosa do funcionário, em processo administrativo instaurado para esse fim específico.
-
- Direito Civil**
56. São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil
- (A) os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido.
- (B) os ébrios habituais.
- (C) os pródigos.
- (D) os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.
- (E) os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
-
57. São pessoas jurídicas de direito público interno:
- (A) as sociedades.
- (B) as autarquias.
- (C) as organizações religiosas.
- (D) os partidos políticos.
- (E) as fundações.
-
58. É nulo o negócio jurídico quando
- (A) o vício é resultante de erro.
- (B) o vício é resultante de dolo.
- (C) celebrado por pessoa absolutamente incapaz.
- (D) celebrado com vício de consentimento.
- (E) celebrado para fraudar credores.



<p>59. Em matéria de prescrição, é correto afirmar:</p> <p>(A) A renúncia da prescrição só pode ser expressa.</p> <p>(B) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes.</p> <p>(C) O juiz não pode reconhecer a prescrição de ofício.</p> <p>(D) A interrupção da prescrição poderá ocorrer mais de uma vez.</p> <p>(E) A exceção prescreve no mesmo prazo em que a pretensão.</p>	<p>63. Sobre ação civil pública:</p> <p>(A) A competência para propor a ação civil pública é prorrogável por vontade das partes.</p> <p>(B) A decisão proferida por juiz absolutamente incompetente é inexistente.</p> <p>(C) A incompetência não é conhecível de ofício, porquanto ela é de natureza relativa.</p> <p>(D) É da justiça estadual a competência para processar e julgar ação civil pública cujo objetivo é impedir a poluição em rio que banhe 4 (quatro) Estados da Federação.</p> <p>(E) A incompetência é absoluta e se as partes não alegaram a incompetência em primeiro grau de jurisdição, o tribunal, em sede de recurso de apelação, poderá conhecê-la de ofício.</p>
<p>60. Têm domicílio necessário</p> <p>(A) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.</p> <p>(B) os religiosos.</p> <p>(C) as pessoas casadas.</p> <p>(D) as pessoas naturais que não tenham residência habitual.</p> <p>(E) os servidores públicos.</p>	<p>64. Ao julgar Mandado de Segurança de competência originária do Tribunal de Justiça, o Órgão Colegiado competente, em acórdão não unânime, concedeu a ordem em relação a um dos pedidos e negou em relação ao outro. Com exceção dos embargos de declaração, o impetrante poderá interpor</p> <p>(A) somente recurso ordinário.</p> <p>(B) somente recurso especial e recurso extraordinário.</p> <p>(C) embargos de divergência.</p> <p>(D) recurso especial, recurso extraordinário e recurso ordinário.</p> <p>(E) somente embargos infringentes.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Processual Civil</p> <p>61. O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado</p> <p>(A) por autarquia federal para proteger direitos coletivos.</p> <p>(B) pela União para proteger direitos individuais homogêneos.</p> <p>(C) por organização sindical para proteger direitos coletivos.</p> <p>(D) pela Defensoria Pública para proteger direitos individuais homogêneos.</p> <p>(E) por partido político com ou sem representação no Congresso Nacional para proteger direitos difusos.</p>	<p>65. Extingue-se o processo, sem a resolução do mérito, quando o juiz</p> <p>(A) rejeitar o pedido do autor.</p> <p>(B) pronunciar a prescrição.</p> <p>(C) homologar a renúncia do autor ao direito sobre que se funda a ação.</p> <p>(D) homologar a manifestação do réu que reconhece a procedência do pedido.</p> <p>(E) acolher a alegação de coisa julgada.</p>

**Direito Penal**

66. Denomina-se tipicidade
- (A) a desconformidade do fato com a ordem jurídica considerada como um todo.
 - (B) a adequação do fato concreto com a descrição do fato delituoso contida na lei penal.
 - (C) o nexó material entre a conduta do agente e o resultado lesivo.
 - (D) o nexó subjetivo entre a intenção do agente e o resultado lesivo.
 - (E) a correspondência entre o resultado e a possibilidade de previsão de sua ocorrência por parte do agente.

67. A respeito da tentativa, considere:
- I. o meio empregado é absolutamente ineficaz para a obtenção do resultado.
 - II. o agente suspende espontaneamente a execução do delito após tê-la iniciado.
 - III. o meio empregado é relativamente inidôneo para a obtenção do resultado.
 - IV. o agente suspende a execução do delito em razão da resistência oposta pela vítima.
 - V. o agente, após ter esgotado os meios de que dispunha para a prática do crime, impede que o resultado se produza.

Há crime tentado nas situações indicadas APENAS em

- (A) III e IV.
- (B) I e IV.
- (C) I, II e IV.
- (D) II e III.
- (E) II, III, IV e V.

68. A respeito do concurso de pessoas, é correto afirmar:
- (A) Para fins de aplicação da pena no concurso de pessoas é irrelevante que a participação tenha sido de menor importância.
 - (B) Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena do crime mais grave.
 - (C) É possível a participação em crime comissivo puro.
 - (D) As condições e circunstâncias pessoais comunicam-se entre os coautores e partícipes quando não forem elementares do crime.
 - (E) Pode ocorrer participação culposa em crime doloso ou participação dolosa em crime culposos.

69. Quem
- (A) corrige erros materiais em um contrato comete crime de alteração de documento particular verdadeiro.
 - (B) desvia e faz circular moeda cuja circulação não estava autorizada só responde por crime contra a fé pública se a autorização para circulação não vier a ser dada.
 - (C) possui objeto especialmente destinado à falsificação de moeda só responde por crime contra a fé pública se vier a utilizá-lo efetivamente para a falsificação de moeda.
 - (D) comparece a juízo sob nome falso, a fim de manter-se isento da mácula nos registros públicos, comete crime de falsa identidade.
 - (E) restitui à circulação, tendo recebido de boa fé, como verdadeira, moeda falsa ou alterada, depois de conhecer a falsidade, não comete nenhum delito.

70. A respeito dos crimes contra a administração pública, considere:

- I. O funcionário público que não se encontra no exercício de suas funções não pode ser sujeito ativo de crime de prevaricação.
- II. O crime de advocacia administrativa não admite a forma tentada.
- III. O crime de denúncia caluniosa só é punível a título de dolo, enquanto o delito de comunicação falsa de crime ou contravenção admite a forma culposa.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) III.

Direito Tributário

71. A imunidade tributária
- (A) só pode ser concedida por lei complementar.
 - (B) pode ser concedida pela União relativamente a impostos estaduais, desde que esta esteja também regulando impostos federais.
 - (C) implica ausência de competência tributária para instituir tributo e está prevista apenas na Constituição Federal.
 - (D) é causa de exclusão do crédito tributário, ao lado da anistia e da isenção.
 - (E) alcança apenas patrimônio, renda e serviços de tributos que incidem sobre atividades relacionadas a livro, jornal, periódico e o papel destinado a sua impressão.
72. A anistia, isenção em caráter não geral e remissão têm em comum o fato de serem
- (A) causas de extinção do crédito tributário.
 - (B) causas de exclusão do crédito tributário.
 - (C) causas de suspensão do crédito tributário.
 - (D) formas de renúncia de receita tributária.
 - (E) hipóteses de não incidência qualificada.

73. Sobre as garantias e privilégios do crédito tributário é correto afirmar:
- (A) Os créditos tributários preferem os créditos trabalhistas e os créditos decorrentes de acidente do trabalho.
 - (B) A alienação de bens que reduza o devedor à insolvência a partir da regular inscrição do crédito tributário em dívida ativa já caracteriza fraude à execução.
 - (C) A cláusula de inalienabilidade, seja qual for a forma e a data de constituição, é oponível ao Fisco, desde que registrada no Cartório de Registro de Imóveis.
 - (D) A ordem de preferência dos créditos tributários é a mesma em caso de falência ou fora de hipótese de falência.
 - (E) A cobrança de créditos tributários é sujeita a concurso de credores e habilitação em falência, recuperação judicial, inventário e arrolamento.



<p>74. Segundo o Código Tributário Nacional, art. 119, <i>sujeito ativo da obrigação é a pessoa jurídica de direito público titular da competência para exigir o seu cumprimento</i>. Sobre o sujeito ativo da obrigação tributária é correto afirmar que</p> <p>(A) somente é sujeito ativo pessoa jurídica de direito público com competência tributária.</p> <p>(B) a capacidade tributária ativa é indelegável.</p> <p>(C) a capacidade tributária ativa é passível de delegação, hipótese em que ocorrerá também a delegação da competência tributária.</p> <p>(D) o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo de reter tributos na fonte, tal como acontece com as instituições financeiras e os empregadores, constitui delegação de capacidade tributária ativa.</p> <p>(E) um Estado-membro criado a partir de desmembramento territorial sub-roga-se nos direitos decorrentes da legislação tributária do Estado remanescente, até que entre em vigor a sua própria, se não houver disposição legal em contrário.</p>	<p>78. Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, dívida pública consolidada</p> <p>(A) é integrada pelos precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que tiverem sido incluídos, para fins de aplicação dos limites globais ao montante da dívida.</p> <p>(B) é a dívida representada por títulos emitidos pelos entes da federação.</p> <p>(C) é o compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas.</p> <p>(D) é o compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente federado.</p> <p>(E) corresponde apenas às operações de crédito de prazo superior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento.</p>
<p>75. Medida provisória que majore alíquota de Imposto sobre a Renda e Imposto sobre Operações de Câmbio, Crédito, Seguro e Valores Mobiliários – IOF produz efeitos,</p> <p>(A) imediato no caso do IOF e noventa dias depois de sua edição, no caso do Imposto sobre a Renda.</p> <p>(B) no exercício financeiro seguinte, se convertida em lei até o último dia do exercício em que foi editada, em ambos os casos.</p> <p>(C) no exercício financeiro seguinte, se convertida em lei até o último dia do exercício em que foi editada, no caso do IOF.</p> <p>(D) no exercício financeiro seguinte, se convertida em lei até o último dia do exercício em que foi editada, no caso do Imposto sobre a Renda.</p> <p>(E) em ambos os casos, imediatamente.</p>	<p>79. À luz da responsabilidade na gestão fiscal, se um Estado-membro vier a revogar um imposto de sua competência, tal medida</p> <p>(A) é perfeitamente constitucional, já que a competência tributária autoriza o ente a instituir, majorar, reduzir ou revogar imposto que lhe compete.</p> <p>(B) é perfeitamente constitucional desde que haja previsão orçamentária de medida compensatória desta redução de receita, com aumento proporcional de outra receita.</p> <p>(C) caracteriza renúncia de receita e deve seguir o procedimento legal para ser realizada.</p> <p>(D) acarretará vedação de realização da transferência voluntária, por ser requisito essencial da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação dos tributos de competência do ente.</p> <p>(E) é inconstitucional, já que, após instituído, o imposto passa a integrar o orçamento como receita originária irrevogável.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Financeiro</p> <p>76. Para a concessão de vantagem ou aumento de remuneração dos servidores públicos da administração pública direta NÃO é necessário</p> <p>(A) obediência aos limites com despesa com pessoal fixados na Lei de Responsabilidade Fiscal.</p> <p>(B) prévia dotação orçamentária suficiente para atender os acréscimos às projeções da despesa com pessoal.</p> <p>(C) abertura de crédito extraordinário para custear este aumento de despesa imprevisível e urgente.</p> <p>(D) autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias.</p> <p>(E) respeitar o limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo.</p>	<p>80. Sobre a disciplina constitucional dos precatórios, considere:</p> <p>I. o credor pode, se houver previsão, e na forma de lei estadual, entregar os créditos em precatórios para compra de imóveis públicos do respectivo ente federado.</p> <p>II. é admitido o fracionamento de precatório como forma de transformar o crédito em dois créditos, para que um deles seja caracterizado como de pequeno valor para fins de pagamento imediato.</p> <p>III. é admitido o fracionamento de precatório de débitos de natureza alimentícia cujos titulares tenham 60 anos de idade ou mais na data de sua expedição, para pagamento preferencial até o valor equivalente ao triplo daquele definido em lei como de pequeno valor, devendo o restante ser pago na ordem cronológica de apresentação do precatório.</p> <p>IV. é vedada a cessão de créditos em precatórios a terceiro sem a concordância do devedor e sem lei complementar que defina a forma como se fará esta cessão.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) II e IV.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) III e IV.</p>
<p>77. Despesa pública obrigatória de caráter continuado</p> <p>(A) é aquela despesa que fixa para o ente obrigação legal de execução em parcelas.</p> <p>(B) é toda despesa de capital assim definida no plano plurianual.</p> <p>(C) é qualquer despesa que seja contraída com prazo não inferior a um exercício financeiro.</p> <p>(D) é a despesa decorrente de contrato com prazo não inferior a três exercícios financeiros.</p> <p>(E) não inclui as despesas decorrentes de obra pública, ainda que realizadas por prazo superior a dois exercícios financeiros.</p>	